

Estabelece as condições de funcionamento do Curso Básico de Guerra Eletrônica para Sargentos.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 38, inciso I, do Regulamento da Lei do Ensino no Exército, aprovado pelo Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, em conformidade com o que prescreve o art. 5º, inciso IV, do Regulamento do Estado-Maior do Exército (R-173), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 514, de 29 de junho de 2010, ouvidos o Departamento-Geral do Pessoal (DGP), o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), o Comando de Operações Terrestres (COTER), o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e o Centro de Inteligência do Exército (CIE), resolve:

Art. 1º Estabelecer as seguintes condições de funcionamento do Curso de Básico de Guerra Eletrônica para Sargentos:

I - integre a Linha de Ensino Militar Bélico, o grau médio e a modalidade de especialização;

II - funcione no Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE);

III - tenha a duração máxima de 24 (vinte e quatro) semanas, divididas em 2 (duas) fases:

a) 1ª fase: com duração máxima de 8 (oito) semanas, em atividades de educação a distância (EAD), na organização militar em que serve o aluno; e

b) 2ª fase: realizada por militares aptos na 1ª fase, com duração máxima de 16 (dezesseis) semanas em atividades presenciais no CIGE.

IV - tenha a periodicidade de 1 (um) curso por ano;

V - possibilite a matrícula de, no máximo, 20 (vinte) alunos, não incluídos os militares de outras Forças Armadas, Forças Auxiliares e de nações amigas;

VI - tenha como universo de seleção os segundos-sargentos e terceiros-sargentos de carreira, da Qualificação Militar de Subtenentes e Sargentos (QMS) de Comunicações;

VII - tenha a seleção e o relacionamento dos militares designados para a matrícula a cargo do DGP, ouvidos o DCT e o CIE;

VIII - tenha o funcionamento a cargo do DCT;

IX - tenha a orientação técnico-pedagógica a cargo do DECEX; e

X - os concludentes do curso ocuparão cargos e desempenharão funções que exijam conhecimentos e práticas especializadas de defesa e guerra cibernética nas seguintes organizações militares (OM):

a) operacionais: 1º Batalhão de Guerra Eletrônica, Companhia de Comando e Controle, companhias e batalhões de comunicações;

b) não operacionais: Gabinete do Comandante do Exército, Estado-Maior do Exército, órgãos de direção setorial, Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx), Centro Integrado de Telemática do Exército, Centro Tecnológico do Exército, Centro de Desenvolvimento de Sistemas, Centro de Defesa Cibernética do Exército, Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, Escola de Comunicações, centros de telemática de área e centros de telemática; e

c) órgãos do Sistema de Inteligência do Exército (SIEEx);

Art. 2º Somente poderão ser selecionados os candidatos que possam aplicar os conhecimentos adquiridos no curso, por um período mínimo de 2 (dois) anos, nas OM em que forem classificados.

Art. 3º Determinar que a presente Portaria entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

-